

Reuniram no galpão comunitário do acampamento Roncador Bolívia, a comissão fundadora e os de mais. Na data de hoje 02 de maio de 2005. Para a criação e aprovação do Estatuto e da Diretoria da Associação dos Produtores Rurais Estrela Guia, nome este escolhido por todos. Comissão Fundadora: José Gonçalves Pereira; Jandir Mendes da Silva; José Francisco de Souza; sendo a diretoria aprovada, Presidente: Maria Aparecida Duca CPF 023.534.516/82, Vice-Presidente - Sueli de Fátima da Silva CPF 400.828.496/68 (1º Tesoureiro), digo, Primeira Secretária - Suelen Cristina Barbosa CPF 067.842.926/00, Segunda Secretária - Luzia Ribeiro da Silva CPF 397.721.607/68, Primeiro Tesoureiro-Juvenil Basílio de Oliveira CPF 451.089.351/53, Segundo Tesoureiro-Edvania Silva Leite CPF 034.354.566/62, Conselho Fiscal-Paulo Gomes Ferreira CPF 075.654.366/58, Salvador Gomes da Mota, CPF 042.682.216/11, Cosme Francisco Romualdo CPF 188. 098.126/20, Suplente do Conselho Fiscal - Romualdo Teixeira Barbosa 042.681.516/56, José Maria da Silva Dias, 409.935.151/34, Adão Pereira da Silva Dias 080.892.631/16, Adir Ribeiro da Silva CPF 923. 221.236/68, Paulo Jose da Silva CPF 422.560.110/15. Fica aprovado por unanimidade a diretoria e o ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO PA/ESTRELA GUIA. Sem mais a declarar foi lavrada a presente ata as assinatura da direotia e assentados. Seguem em anexo em lista de presença datada no mesmo dia de hoje em livro de presença folha nº 01 e nº 02. Eu Eliane das Dores Rosa da Silva (dal) digo redigi e lavrei esta ata dato e assino. Eliane das dores Rosa da Silva. 02 de maio de 2005. Resalvo Diretor de Esporter Aldir Ribeiro da Silva CEP 923.221.236/68, diretor Social: Paulo José da Silva CPF: 422.560.116/15 Eliene das Dores Rosa da Silva, Maria Aparecida Duca: **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO PA/ESTRELA GUIA** CAPÍTULO I- **DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.** Art. 1º- A Associação dos Produtores do PA/ Estrela Guia, constituída em 02 de maio de 2005, com registro em cartório em/...../....., sob o nº, livro A-....., fl., é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter social, e sócio-educativo que terá duração por tempo indeterminado, com sede na Fazenda Saco Grande II no Município de Unaí-Estado de Minas Gerais e foro na Comarca de Unaí-MG. Parágrafo Único: A **ASSOCIAÇÃO** terá sua abrangência toda extensão dos limites do PA/Estrela |Guia. **Art.2º-** A **ASSOCIAÇÃO**, tem por finalidades: Proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice; Desenvolver a Agro Pecuária, Agro Indústria, Piscicultura, Suinocultura, Avicultura, Horticultura, Capicultura, Caprinocultura e Apicultura do Assentamento; Congregar esforços com órgãos e pessoas interessadas em melhorar as condições de vida e sanear



Liane R. Resende
OAB/MG. 40.132

eventuais problemas da comunidade, visando o bem-estar social; Promover o transporte o beneficiamento ou industrialização e contratar assessor para orientar os associados na comercialização de produtos insumos criar políticas direcionadas (na comercialização) digo para as mulheres; incentivar a realização de cursos voltados para a comunidade; Implantar e ampliar meios de Comunicação na Comunidade; Combate à fome, a pobreza com distribuição de cestas básicas e outras campanhas e projetos; Divulgação da cultura e do esporte; Campanhas de proteção e preservação ao meio ambiente e saneamento básico; Servir de elo entre as autoridades constituídas, da União, do Estado e do Município, para reivindicar melhorias para a comunidade; Participar de eventos, reuniões, campanhas em prol do desenvolvimento social da comunidade e do município; Desenvolver o espírito associativista da comunidade; Estimular a liderança da comunidade; Colaborar com a elaboração de programas; Participar da análise e interpretação dos dados básicos para identificação das necessidades da comunidade; Proporcionar a melhoria do convívio entres os habitantes da comunidade, através da integração de seus moradores; Participar na elaboração e discussões de projetos habitacionais. Parágrafo Único: A **ASSOCIAÇÃO** poderá assinar convênios com, União, Estado, Município, Empresas, que vise desenvolvimento da mesma, das pessoas, e famílias da comunidade, ou servir de interveniente para atender outras comunidade dentro do município de Unaí-MG. **Art. 3º**- No desenvolvimento de suas atividades, A **ASSOCIAÇÃO**, não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião. **Art. 4º**- A **ASSOCIAÇÃO**, terá um regimento interno, que aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento. **Art. 5º**- A fim de cumprir suas finalidades, a instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno. **CAPÍTULO II DOS SÓCIOS Art. 6º**- A **ASSOCIAÇÃO** é constituída por números ilimitados de sócios, distribuídos nas seguintes categorias, sendo eles moradores do Assentamento do PA/ Estrela Guia e pessoas idôneas que deverão estar interessadas no progresso da comunidade que desejam contribuir para consecução dos objetivos da associação cujos nomes deverão ser aprovados pela diretoria: **Fundador**: os que assinarem a ata de fundação. **Benemérito**: aqueles aos quais a assembléia geral conferir esta distinção espontaneamente ou por proposta da diretoria em virtude dos relevantes serviços prestados à associação. **Honorário**: Aqueles que se fizerem credores dessa homenagem por serviços por notoriedade prestados à associação, por proposta da diretoria à assembléia geral. **Contribuinte**: Aquele que contribuir mensalmente com a Associação no valor estipulado pela Diretoria e aprovado pela



Assinado por **R. Resende**
OAB/MG. 40.132

assembléia para manutenção da mesma. **Parágrafo Primeiro:** O registro dos sócios será feito em livro próprio. **Parágrafo Segundo:** Serão admitidos como sócios, a pessoa moradora do Assentamento do PA/ Estrela Guia, que estejam dispostas ao trabalho comunitário e que estiverem de acordo com as disposições deste estatuto, regimento, ou regulamentos. **Art. 7º.-** São direitos dos sócios quites com suas obrigações sociais: Votar e ser votado para os cargos eletivos; I Tomar parte nas assembléias gerais; II Receber benefícios dos quais forem negociados pela Associação; III Apresentar projetos, planos de sugestão à Diretoria. **Parágrafo Único:** Os associados beneméritos e honorários não terão direitos a voto e nem poderão ser votados. **Art. 8º.** São deveres dos sócios: Cumprir as disposições estatutárias e regimentais; I Acatar as determinações da Diretoria. Participar e fiscalizar todos os trabalhos da Associação; II Divulgar a Associação; III Participar das reuniões, e justificar as possíveis faltas; IV Contribuir mensalmente com a Associação dentro de suas possibilidades para a manutenção da Associação. **Parágrafo único:** havendo justa causa o associado poderá ser demitido ou excluído da associação por decisão da diretoria. Após o exercício do direito de defesa da decisão caberá recurso à assembléia geral. **Art. 9º-** Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Associação. **Parágrafo Primeiro:** Os sócios estão sujeitos às seguintes penalidades: Advertência verbal, advertência escrita, suspensão, exclusão do quadro de sócios. **Parágrafo Segundo:** As penalidades a que se refere o parágrafo primeiro serão impostas pela Diretoria, cabendo aos sócios recursos para a Assembléia convocada para este fim. **CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO Art. 10º-** A ASSOCIAÇÃO, será administrada por: I Assembléia Geral, II Diretoria executiva, III Conselho Fiscal, III Diretor Social. **Art. 11º-** A Assembléia Geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos sócios em pleno gozo dos seus direitos estatutários. **Art. 12º-** Compete à Assembléia Geral I Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal, II Decidir sobre reformas do Estatuto; III Decidir sobre a extinção da entidade nos termos do artigo 32; IV Decidir sobre a conveniência de alienar, transferir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais da Associação; V Aprovar o Regimento Interno, VI Destituir os Diretores; VII Decidir sobre assuntos inerentes ao funcionamento, comportamento dos sócios, quando for necessária a convocação da mesma para decidir sobre o assunto; VIII Apreciar recurso contra decisões da diretoria; IX Conceder título de associado Benemérito e honorário; X Aprovar as contas. **Art. 13º -** A Assembléia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para: I Apreciar o relatório anual da Diretoria; II Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal. **Art. 14º -** A Assembléia Geral realizar-se-á,

extraordinariamente, quando convocada: I Pela Diretoria; II Pelo Conselho Fiscal; III Por requerimento de no mínimo 2/3 dos sócios quites com as obrigações sociais. **Art. 15º** - A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Associação, ou publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 08 dias. **Parágrafo Único:** Qualquer Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos sócios e, em Segunda convocação, 30 minutos após a hora estipulada no edital, com qualquer número de presentes. **Art. 16º** - A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários e Primeiro e Segundo Tesoureiros. **Parágrafo Único:** Os demais cargos de: Diretor de Esportes, Diretor Social, entre outros comporão a chapa e serão eleitos em assembléia. I-O mandato da Diretoria será de 02 anos, sendo vedado à reeleição consecutiva. **Art. 17º**- Compete à Diretoria: I Elaborar e executar programa anual de atividades; II Elaborar e apresentar, à Assembléia Geral, o relatório anual; III Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum; IV Contratar e demitir funcionários; V Elaborar planos de atividades na Associação Comunitárias; VI Compete a Diretoria Executiva a nomear quantos diretores forem necessários para ocupar cargos nas demais diretorias criadas com aprovação da Assembléia, aplicando-se aos indicados aos cargos o que determinar em Regimento Interno. **Art. 18º**- A Diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mês. **Art. 19º**- Compete ao Presidente: I Representar a ASSOCIAÇÃO, judicial e extraordinariamente; II Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno; III Presidir a Assembléia Geral; IV Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; V Assinar convênios. **Art. 20º**- Compete ao Vice-Presidente: I Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos; II Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; III Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente. **Art. 21º**- Compete ao Primeiro Secretário: I Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e redigir as atas; II Publicar todas as notícias das atividades da entidade; **Art. 22º**- Compete ao Segundo Secretário: I Substituir o Primeiro Secretário; II Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; III Prestar de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário. **Art. 23º**- Compete ao Primeiro Tesoureiro: I Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração; II Pagar as contas autorizadas pelo Presidente; III Apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados; IV Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral; V Apresentar semestralmente o balancete ao Conselho

Fiscal; VI Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria; VII Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito. **Art. 24º-** Compete ao Segundo Tesoureiro: I Substituir o Primeiro tesoureiro em suas faltas ou impedimentos; II Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; III Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro tesoureiro. **Art. 25º-** O Conselho Fiscal será constituído por 03 membros efetivos e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral. & 1º- O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria. & 2º- Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o término. **Art. 26º-** Compete ao Conselho Fiscal: I Examinar os livros de escrituração da entidade; II Examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito; III Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados; IV Opinar sobre a aquisição e alienação de bens. **Parágrafo Único:** O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 03 meses e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Art. 27º-** As atividades dos diretores e conselheiros ou instituidores, bem como as dos sócios, serão, inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedados o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem. **Art. 28º-** A Associação não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto. **Art. 29º-** A associação se manterá através de contribuições dos associados e de outras atividades, sendo que essas rendas, recursos e eventual resultado operacional, serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos Associação, no território nacional. **CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO Art. 30º -** O patrimônio da ASSOCIAÇÃO, será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, doações e subvenções pública e privadas, recursos oriundos de contribuições, ações e apólices de dívida pública. **Parágrafo único:** A ASSOCIAÇÃO se manterá das contribuições e mensalidades dos sócios. **Art. 31º-** No caso de dissolução da instituição, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada nos Conselhos: Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social e outras entidades públicas. **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 32º- A ASSOCIAÇÃO,** será dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades. **Art. 33º-** O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em assembléia geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório. **Art. 34º-** Os

casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral. **Art. 35º**- Fica eleito o fórum da comarca de Unai -MG para dirimir qualquer dúvida ou questões oriundas deste estatuto. Unai - MG, 02 de maio de 2005.



Documento apresentado para registro.

REGISTRADO

794

A-04

09 11 05

O OFICIAL DO REGISTRO
Vilma Gonçalves Ferreira

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO PA/ ESTRELA GUIA

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

Art. 1º- A Associação dos Produtores Rurais do PA/ Estrela Guia, constituída em 02/05/2005, com registro em cartório em 09/11/2005, sob o nº 794, livro A-04, Fl. 155-v, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter social, e sócio-educativo, sem vínculo Político-Partidário, que terá duração por tempo indeterminado, com sede na Fazenda Roncador Bolívia, no Município de Unai -Estado de Minas Gerais e foro na Comarca de Unai -MG.

Parágrafo Único: A associação terá sua abrangência toda extensão dos limites do Projeto de Assentamento Estrela Guia.

Art.2º- A associação, tem por finalidades:

- ♦ Proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice;
- ♦ Fortalecer, promover e integrar os associados, despertando nos mesmos a ação coletiva, bem como prestar serviços nas áreas que, a comunidade achar necessária.
- ♦ Desenvolver a agropecuária, agroindústria, horticultura, caprinocultura, suinocultura, avicultura, floricultura, cafeicultura, piscicultura, minhocultura, capicultura, fruticultura, e apicultura da Comunidade;
- ♦ Congregar esforços com órgãos e pessoas interessadas em melhorar as condições de vida e sanear eventuais problemas da comunidade, visando o bem-estar social;
- ♦ Incentivar a realização de cursos voltados para a comunidade;
- ♦ Elaborar e Implantar projetos de reflorestamento de eucalipto;
- ♦ Implantar e ampliar meios de Comunicação na Comunidade;
- ♦ Combate à fome, a pobreza com distribuição de cestas básicas e outras campanhas e projetos;
- ♦ Projetos de turismo, lazer e geração de emprego e renda;
- ♦ Divulgação da cultura e do esporte;
- ♦ Campanhas de proteção e preservação ao meio ambiente e saneamento básico;

Maria Aparecida Duca

Lumena B. Rosendo
OAB/MG. 40.132





- ♦ Adquirir, construir, ou alugar imóveis necessários às suas instalações administrativas, tecnológicas, de armazenamentos e outros;
- ♦ Servir de elo entre as autoridades constituídas, da União, do Estado e do Município, para reivindicar melhorias para a comunidade;
- ♦ Participar de eventos, reuniões, campanhas em prol do desenvolvimento social da comunidade e do município;
- ♦ Desenvolver o espírito associativista da comunidade;
- ♦ Estimular as lideranças da comunidade;
- ♦ Colaborar com a elaboração de programas;
- ♦ Participar da análise e interpretação dos dados básicos para identificação das necessidades da comunidade;
- ♦ Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da comunidade, através da integração de seus moradores;
- ♦ Participar na elaboração e discussões de projetos para construções e reformas habitacionais;
- ♦ Elaborar uma política ampla, para sanar os diversos problemas existentes na comunidade, visando resultados positivos e buscando parceria junto às autoridades competentes se necessário;
- ♦ Zelar pela qualidade de vida de seus associados, bem como criar e desenvolver em suas bases atividades culturais, esportivas, recreativas, religiosas, assistenciais, educativas, de saúde e outras;
- ♦ Viabilizar convênios e recursos com entidades e instituições públicas e privadas para desenvolver trabalhos que, venham beneficiar as crianças, os jovens, os adultos, os idosos e outros. Em todos os âmbitos, internacional, federal, estadual, municipal e privado;
- ♦ Colaborar com os Poderes Públicos e Conselhos, dando-lhes, subsídios dos problemas da comunidade, e pleiteando as respectivas soluções;
- ♦ Manter intercâmbio com associações congêneres do País e do exterior;
- ♦ Manter serviços de comercialização de produtos agrícolas e pecuárias e seus derivados;
- ♦ Filiar-se a outras entidades congêneres, a nível regional ou estadual, sem perder sua individualidade e poder de decisão;
- ♦ Desenvolver e implantar projetos de turismo e lazer;
- ♦ Promover exposições, feiras, leilões e colaborar com órgãos públicos e outras entidades de classes;
- ♦ Promover atividades que, resultem no levantamento de fundos para atender as necessidades da Associação;

[Handwritten signature]
VILZ RIBEIRO SOARES
Escritor Jurídico

Maria Aparecida Duica

[Handwritten signature]
Luis R. R. Resende
OAB/MG. 40.132



- ♦ Promover debates, atuar em conjunto com os órgãos públicos e privados para organizar mutirões ou para adquirir recursos de forma a realizar obras de interesse social;
- ♦ Defender os interesses coletivos dos moradores contra todas as formas de discriminações, priorizando a melhoria das condições de vida e garantia dos direitos da família, da criança, dos adolescentes, do jovem, da mulher, dos idosos e das minorias;

Parágrafo Primeiro: A Associação poderá assinar convênios com, União, Estado, Município, Empresas e Instituições, que visem o desenvolvimento da mesma, das pessoas, e famílias da comunidade, ou servir de interveniente para atender outras comunidades dentro do município de Unaí-MG.

Parágrafo Segundo: O Presidente da Associação pode licitar, contratar, gerenciar e fiscalizar serviços e obras de responsabilidade da Associação.

Art. 3º- No desenvolvimento de suas atividades, a Associação, não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

Art. 4º- A Associação, terá um regimento interno, que aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 5º- A fim de cumprir suas finalidades, a Associação se organizará em tantas comissões de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno.

CAPÍTULO II DO QUADRO SOCIAL DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 6º- Serão admitidos como sócios da Associação dos Produtores Rurais do PA/ Estrela Guia, todas as pessoas acima de 16 (dezesesseis) anos, moradoras da Fazenda Roncador Bolívia e seus descendentes, assentados e legalizados, com comprovação documental do INCRA, que se comprometerem a aceitar e cumprir as normas deste Estatuto, Regimento e Resoluções tomadas em Assembléias Gerais.

Maria Aparecida Sousa

Fumera R. R. R. R.
OAB/MG. 40.132



Parágrafo Primeiro: O registro dos sócios será feito em livro próprio, e a admissão no quadro social far-se-á mediante requerimento assinado pelo interessado e homologado pela comissão de admissão de sócios.

Parágrafo Segundo: Os associados deverão ser comprometidos e interessados no progresso da comunidade e desejarem contribuir para consecução dos objetivos da associação cujos nomes deverão ser aprovados pela Comissão de admissão de sócios.

Art. 7º- A Associação é constituída por números ilimitados de sócios, distribuídos nas seguintes categorias: **fundadores, benemérito, honorário e contribuinte.**

- ♦ **Fundador:** os que assinarem a ata de fundação.
- ♦ **Benemérito:** aqueles aos quais a assembléia geral conferir esta distinção espontaneamente ou por proposta da diretoria em virtude dos relevantes serviços prestados à associação.
- ♦ **Honorário:** Aqueles que se fizerem credores dessa homenagem por serviços por notoriedade prestados à associação, por proposta da diretoria à assembléia geral.
- ♦ **Contribuinte:** Aquele que contribuir mensalmente com a associação no valor estipulado pela Diretoria e aprovado pela Assembléia Geral para manutenção da mesma.

Art. 8º- Serão excluídos do quadro social da Associação dos Produtores Rurais Estrela Guia:

- I- Mediante solicitação por escrito;
- II- Aquele que, prejudicar o bom nome da associação, em virtude do descumprimento das disposições estatutárias, assim como a prática de atos lesivos aos interesses e objetivos da associação;
- III- Por falecimento;
- IV- Por incapacidade civil;
- V- Por encerramento das atividades da associação;
- VI- Pela mudança da Comunidade;
- VII- Os associados que, se desligarem do quadro social na forma do item I, poderão ser readmitidos, mediante aprovação da comissão de admissão de sócios e/ou assembléia geral;
- VIII- Os que por livre e espontânea vontade solicitarem seu desligamento desde que em dias com as obrigações estatutárias, após quitar seus débitos junto à tesouraria;

Maria Aparecida Duca

Lumena B. Resende
OAB/MG. 40.132



- IX- Aquele que persistir em prejudicar o bom nome da associação, cometer falta grave e infringir os princípios estatutários.

Art. 9º.- São direitos dos sócios quites com suas obrigações sociais (pagamento e participação):

- I- Votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II- Solicitar a diretoria informações sobre medidas ou atos que a mesma vem desenvolvendo junto à comunidade
- III- Participar de todas as atividades da Associação dos Produtores Rurais do PA/Estrela Guia
- IV- Participar das assembleias gerais e reuniões exercendo igualdade de direito e opinião em todas as questões
- V- Acatar as decisões dos órgãos dirigentes da Associação dos Produtores Rurais do PA/Estrela Guia
- VI- Comunicar aos órgãos dirigentes da Associação dos Produtores Rurais do PA/Estrela Guia, quaisquer irregularidades constatadas e ou verificadas e cobrar resposta do assunto denunciado.
- VII- Colaborar com a associação nos trabalhos de mutirão e de interesse comunitário.
- VIII- Pagar pontualmente as contribuições financeiras fixadas e aprovadas em assembleia gerais.
- IX- Convocar assembleia geral extraordinária, na negação do Presidente e do Conselho Fiscal, através de requerimento de sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários, quando julgar prejudicados os interesses da associação, comunidade ou a si próprio.
- X- Obedecer às disposições do Estatuto e o regimento interno da associação
- XI- Proteger o bom nome da associação e zelar pelo seu patrimônio
- XII- Cooperar com todas as atividades que visem a conservação dos objetivos que a associação se propõe
- XIII- Receber benefícios dos quais forem negociados pela Associação.
- XIV- Apresentar projetos, planos de sugestão à Diretoria.

Parágrafo Único: Os associados beneméritos e honorários não terão direitos a voto e nem poderão ser votados.

Art. 10º. São deveres dos sócios:

- I- Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, Regimento Interno e regulamentos aprovados em assembleia Geral;

Maria Aparecida Duca

Lumena B. Resende
OAB/MG. 40.132

Luiz Roberto Soares
Escritor Juiz emérito



- II- Pagar pontualmente as contribuições e outros compromissos assumidos junto à associação e em assembléia geral, para a manutenção da associação;
- III- Acatar as determinações da Diretoria.
- IV- Desempenhar, os cargos, atribuições, missões ou serviços que lhe forem confiados;
- V- Participar e fiscalizar todos os trabalhos da Associação;
- VI- Zelar pelo patrimônio da Associação;
- VII- Divulgar a Associação;
- VIII- Participar das reuniões, e justificar as possíveis faltas;

Luiz Roberto Soares
Escritorante Juramentado

Parágrafo único: havendo justa causa o associado poderá ser demitido ou excluído da associação por decisão da diretoria. Após o exercício do direito de defesa da decisão caberá recurso à assembléia geral.

Art. 11º- Os sócios não respondem ativa, passiva, subsidiaria e solidariamente por obrigações e encargos da associação assumidos pela diretoria da A Associação dos Produtores Rurais do PA/Estrela Guia.

Parágrafo Primeiro: Os associados que infringirem as normas estatutárias estarão sujeitos a penalidades, que serão aplicadas em conformidade ao grau da infração; na seguinte ordem; advertência verbal, advertência por escrito; suspensão e exclusão.

Parágrafo Segundo: As penalidades a que se refere o parágrafo primeiro serão aplicadas pela diretoria obedecendo às disposições estatutárias depois de apuradas as causas, cabendo, entretanto aos sócios envolvidos, recursos a serem apresentados e apreciados em Assembléia Geral convocada para este fim.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS E ESTRUTURAS DOS ÓRGÃOS QUE ADMINISTRAM A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO PA/ ESTRELA GUIA

Maria Aparecida Duca

Luiz Roberto Soares
OAB/MG. 40.132



Art. 12º-São órgãos que administram a Associação de Moradores:

- I- Assembléia Geral,
- II- Diretoria executiva
- III- Conselho Fiscal

Art. 13º- A Assembléia Geral, órgão soberano da Associação dos Produtores Rurais do PA/Estrela Guia, se compõe de todos os associados em pleno gozo de seus direitos, quites com suas obrigações pecuniárias, tendo facultado o direito de resolver, dentro da Lei e dos dispositivos estatutários, todos os assuntos concernentes às atividades e fins da associação.

Art. 14º- Compete à Assembléia Geral

- I- Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal,
- II- Decidir sobre reformas do Estatuto;
- III- Decidir sobre a extinção da entidade nos termos do artigo 35º;
- IV- Decidir sobre a conveniência de alienar, transferir, hipotecar, comprar ou permutar bens patrimoniais.
- V- Aprovar o Regimento Interno.
- VI- Destituir os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal
- VII- Decidir sobre assuntos inerentes ao funcionamento, comportamento dos sócios, quando for necessária a convocação da mesma para decidir sobre o assunto.
- VIII- Apreciar recurso contra decisões da diretoria.
- IX- Conceder título de associado Benemérito e honorário.
- X- Aprovar as contas.

Art. 15º - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I- Apreciar o relatório anual da Diretoria;
- II- Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.
- III- Eleger a diretoria executiva e o conselho fiscal e será realizada sempre no segundo domingo do mês de dezembro de cada biênio.

Art. 16º - A Assembléia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

- I- Pela Diretoria;
- II- Pelo Conselho Fiscal

Maria Aparecida Silva
Lumena B. Rosendo
OAB/MG. 40.132



- III- Por requerimento de no mínimo 1/5 dos associados quites com as obrigações sociais.
- IV- Quando o assunto for de grande importância e ou urgência

Art. 17º - A convocação da Assembléia Geral deverá ser assinada pelo presidente (a) da associação dos Produtores Rurais do PA/Estrela Guia, através de edital de convocação publicado em órgão de imprensa de circulação no município e ou por escrito cujas cópias deverão ser afixadas na sede da associação e em pontos que melhor facilite a divulgação, circulares e outros meios convenientes com antecedência mínima de 8 (oito) dias; extraordinariamente com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas.

Parágrafo Único: As assembleias gerais realizar-se-ão em primeira convocação com 2/3 dos sócios, em segunda convocação a ser realizada após trinta minutos da primeira convocação, com qualquer número de sócios presentes.

Art. 18º - A Diretoria Executiva é o órgão de execução de todas as atividades da Associação dos Produtores Rurais do PA/Estrela Guia. Sendo constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários e Primeiro e Segundo Tesoureiros.

Parágrafo Único: Os demais cargos de: Diretor de Esportes, Diretor Social, entre outros não comporão a chapa e serão escolhidos pela diretoria e aprovados pela Assembléia Geral.

Parágrafo Segundo-O mandato da Diretoria será de 02 anos, sendo permitida à reeleição consecutiva por mais um mandato.

Parágrafo Terceiro: Os cargos vagos serão preenchidos pelos suplentes de acordo com suas posições

Art. 19º- Compete à Diretoria:

- I- Elaborar e executar programa anual de atividades;
- II- Elaborar e apresentar, à Assembléia Geral, o relatório anual;
- III- Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse da Comunidade;
- IV- Contratar e demitir funcionários;

Maria Aparecida Guica

Lumena B. Rezende
OAB/MG. 40.132



Art. 20- A Diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mês.

Art. 21º- Compete ao Presidente:

- I- Representar a Associação, judicial e extraordinariamente;
- II- Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III- Presidir a Assembléia Geral;
- IV- Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V- Autorizar os pagamentos e assinar com o tesoureiro cheques, ordem de pagamentos e títulos que representem obrigações financeiras da Associação;
- VI- Assinar convênios.

Art. 22º- Compete ao Vice-Presidente:

- I- Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II- Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III- Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Art. 23º- Compete ao Primeiro Secretário:

- I- Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral, redigir e ler as atas;
- II- Publicar e encaminhar todas as comunicações gerais da Associação;
- III- Conservar, sob sua guarda e responsabilidade os livros de ata e frequência.

Art. 24º- Compete ao Segundo Secretário:

- I- Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II- Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III- Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário.

Art. 25º- Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I- Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- II- Pagar as contas autorizadas pelo Presidente de acordo com estatuto;
- III- Apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV- Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;
- V- Apresentar mensalmente o balancete ao Conselho Fiscal;
- VI- Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;

Maria Aparecida Duca

Luzena B. Resende
OAB/MG. 40.132



VII- Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito (conta bancária).

Art. 26º- Compete ao Segundo Tesoureiro:

- I- Substituir o Primeiro tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
- II- Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III- Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro tesoureiro.

Art. 27º- O Conselho Fiscal será constituído por 03 membros efetivos e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

& 1º- O mandato do Conselho Fiscal deverá coincidir com o mandato da Diretoria Executiva.

& 2º- Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

Art. 28º- Compete ao Conselho Fiscal:

- I- Examinar os livros de escrituração da associação;
- II- Examinar o balancete mensal apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
- III- Apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria;
- IV- Opinar sobre a aquisição e alienação de bens.

Parágrafo Único: O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 29º- O Conselho Fiscal: é o órgão de fiscalização dos atos da diretoria executiva no setor financeiro e executivo, composto de presidente, relatora e secretário (a), são eleitos junto com a diretoria executiva, para o mesmo mandato.

Parágrafo Primeiro: As atividades dos diretores e conselheiros, bem como as dos sócios, serão, inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedados o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Maria Aparecida Duca

Luzia B. Resende
OAB/MG. 40.132

CAPÍTULO IV DAS ELEIÇÕES



Art. 30º-A eleição da diretoria executiva e do Conselho Fiscal deverá ser convocada pelo presidente com antecedência mínima de 30(trinta) dias, ou 45(quarenta e cinco) dias no máximo;

§ I-Em caso de recusa do presidente, poderá ainda ser convocada com antecedência de até 20(vinte) dias e neste caso, por 03(três) conselheiros fiscais da Associação dos Produtores Rurais do PA/Estrela Guia.

§ II-Não havendo esta providência, a eleição será realizada em assembléia geral extraordinária convocada e organizada por uma comissão de pelo menos 05(cinco) associados quites com suas obrigações estatutárias.

§ III-A diretoria executiva e o Conselho Fiscal serão empossados no mesmo dia da eleição, logo após a contagem de votos.

Art. 31º- São inelegíveis e não poderão concorrer:

- a) Os candidatos a cargos alheios aos mencionados nos artigos 16 e 25.
- b) Os associados que tenham autorizado a inclusão de seus nomes em mais de uma chapa;
- c) Os memores de 18(dezoito) anos;
- d) Os associados que estejam respondendo e/ou com processo judicial.
- e) Os não associados e os analfabetos
- g) Os associados que não estiverem quites com suas obrigações trinta dias antes da eleição.
- h) Os sócios que não tiverem foro eleitoral no município de Unai.

Art.32-O registro da chapa deverá ser requerido ao presidente da associação ou a comissão eleitoral, com 10(dez) dias de antecedência do Pleito.

Maria Aparecida Duca

Luiz Roberto Soares
OAB/MG. 40.132



- I- Os candidatos serão registrados através de chapas que conterão os nomes de todos os membros concorrentes.
- II- Verificando-se irregularidade na documentação apresentada, a chapa será notificada para que promova a correção no prazo de 24(vinte e quatro) horas, sob pena de indeferimento de seu registro;
- III- O prazo para impugnação de candidatura ou chapa estende-se por 72(setenta e duas) horas, após o encerramento do prazo de registro.
- IV- O número de cada chapa será definido com o presidente da associação de moradores e/ou da comissão eleitoral respeitando a ordem de inscrição e recebimento da documentação necessária.
- V- Aceito o registro da chapa, não serão permitidas substituições de candidatos, salvo em caso de falecimento.

Luiz Roberto Soares
Escritório Jurídico

Art. 33º- Para votar é necessário que o associado esteja quite com as obrigações estatutárias (participação nas reuniões e assembleias e pagamento das mensalidades) e tenha sido admitido no quadro social da associação há mais de 30(trinta) dias, e para ser candidato há mais de 3(três) meses.

Art. 34º- Em caso de impugnação de candidatura ou chapa, o julgamento caberá a uma comissão designada pelo juiz eleitoral da comarca de Unai.

Art. 35º- É nula a eleição quando:

- I- Quando os sócios que não estiverem quites com suas obrigações estatutárias votarem.
- II- Feita perante mesa não designada pela comissão e/ou juizado eleitoral da Comarca de Unai-MG.
- III- Realizada em dia, hora e local diferente ao mencionado no edital de convocação ou encerrada antes do horário previsto.

CAPÍTULO V DO PATRIMÔNIO

Art. 36º - O patrimônio da associação, será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, doações e subvenções pública e privadas, recursos oriundos de contribuições, ações e apólices de dívida pública.

Parágrafo único: A associação se manterá das contribuições e mensalidades dos sócios.

Mário Aparecido Silva

Luiz Roberto Soares
OAB/MG. 40.132

Art. 37º- No caso de dissolução da instituição, os bens remanescentes serão destinados à outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada nos Conselhos: Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social ou entidade pública.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38º- A associação, será dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, quando se tornar impossível à continuação de suas atividades.

Art. 39º- O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em assembléia geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Art. 40- Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

Art. 41º- Fica eleito o fórum da comarca de Unai -MG para dirimir qualquer dúvida ou questões oriundas deste estatuto.

Unai - MG, 07 de fevereiro de 2007.

Maria Aparecida Vico

Luiz Roberto Spates
OAB/MG. 40.132



Luiz Roberto Spates
Escritório Juizante



Ata da Assembléia Geral da Associação dos Produtores Rurais do PA/Estrela Guia. Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete, às duas horas e trinta minutos, na sede da associação, a Presidenta, fez a abertura da Assembléia Geral Extraordinária para aprovação do novo estatuto social. O qual cumpre com as exigências do novo código Civil e da LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social. A Assembléia contou com a participação da Assistente Social da Assessoria de Gestão Participativa a Srª Severina Alda de Aguiar. Após a abertura o Sr. presidente passou a palavra para a Assistente Social, a mesma teceu comentários em decorrência do momento ora vivenciado pela comunidade. Em seguida iniciou os trabalhos solicitando a participação da comunidade na leitura do estatuto. Foi lido artigo por artigo, com as devidas explicações, esclarecendo as dúvidas dos associados e por fim levou a assembléia para votação do estatuto que aprovado por unanimidade ficou com a seguinte redação.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO PA/ ESTRELA GUIA-CAPÍTULO I.-DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

Art. 1º- A Associação dos Produtores Rurais do PA/ Estrela Guia, constituída em 02/05/2005, com registro em cartório em 09/11/2005, sob o nº 794, livro A-04, Fl. 155-v, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter social, e sócio-educativo, sem vínculo Político-Partidário, que terá duração por tempo indeterminado, com sede na Fazenda Roncador Bolívia, no Município de Unaí -Estado de Minas Gerais e foro na Comarca de Unaí -MG.Parágrafo Único: A associação terá sua abrangência toda extensão dos limites do Projeto de Assentamento Estrela Guia.**Art.2º-** A associação, tem por finalidades: Proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice; Fortalecer, promover e integrar os associados, despertando nos mesmos à ação coletiva, bem como prestar serviços nas áreas que, a comunidade achar necessária; Desenvolver a agropecuária, agroindústria, horticultura, caprinocultura, suinocultura, avicultura, floricultura, cafeicultura, piscicultura, minhocultura, capicultura, fruticultura, e apicultura da Comunidade; Congregar esforços com órgãos e pessoas interessadas em melhorar as condições de vida e sanear eventuais problemas da comunidade, visando o bem-estar social; Incentivar a realização de cursos voltados para a comunidade; Elaborar e Implantar projetos de reflorestamento de eucalipto; Implantar e ampliar meios de Comunicação na Comunidade; Combate à fome, a pobreza com distribuição de cestas básicas e outras campanhas e projetos; Projetos de turismo, lazer e

Maria Aparecida Duca

Luiz Roberto Soares
Escritante Julgado

Luiz Roberto Soares
OAB/MG. 40.132



geração de emprego e renda; Divulgação da cultura e do esporte; Campanhas de proteção e preservação ao meio ambiente e saneamento básico; Adquirir, construir, ou alugar imóveis necessários às suas instalações administrativas, tecnológicas, de armazenamentos e outros; Servir de elo entre as autoridades constituídas, da União, do Estado e do Município, para reivindicar melhorias para a comunidade; Participar de eventos, reuniões, campanhas em prol do desenvolvimento social da comunidade e do município; Desenvolver o espírito associativista da comunidade; Estimular as lideranças da comunidade; Colaborar com a elaboração de programas; Participar da análise e interpretação dos dados básicos para identificação das necessidades da comunidade; Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da comunidade, através da integração de seus moradores; Participar na elaboração e discussões de projetos para construções e reformas habitacionais; Elaborar uma política ampla, para sanar os diversos problemas existentes na comunidade, visando resultados positivos e buscando parceria junto às autoridades competentes se necessário; Zelar pela qualidade de vida de seus associados, bem como criar e desenvolver em suas bases atividades culturais, esportivas, recreativas, religiosas, assistenciais, educativas, de saúde e outras; Viabilizar convênios e recursos com entidades e instituições públicas e privadas para desenvolver trabalhos que, venham beneficiar as crianças, os jovens, os adultos, os idosos e outros. Em todos os âmbitos, internacional, federal, estadual, municipal e privado; Colaborar com os Poderes Públicos e Conselhos, dando-lhes, subsídios dos problemas da comunidade, e pleiteando as respectivas soluções; Manter intercâmbio com associações congêneres do País e do exterior; Manter serviços de comercialização de produtos agrícolas e pecuárias e seus derivados; Filiar-se a outras entidades congêneres, a nível regional ou estadual, sem perder sua individualidade e poder de decisão; Desenvolver e implantar projetos de turismo e lazer; Promover exposições, feiras, leilões e colaborar com órgãos públicos e outras entidades de classes; Promover atividades que, resultem no levantamento de fundos para atender as necessidades da Associação; Promover debates, atuar em conjunto com os órgãos públicos e privados para organizar mutirões ou para adquirir recursos de forma a realizar obras de interesse social; Defender os interesses coletivos dos moradores contra todas as formas de discriminações, priorizando a melhoria das condições de vida e garantia dos direitos da família, da criança, dos adolescentes,

Luiz Roberto Soares
Escritor Juvenal

Maria Aparecida Souza

Luiz Roberto Soares
OAB/MG. 40.132



do jovem, da mulher, dos idosos e das minorias. **Parágrafo Primeiro:**

A Associação poderá assinar convênios com, União, Estado, Município, Empresas e Instituições, que visem o desenvolvimento da mesma, das pessoas, e famílias da comunidade, ou servir de interveniente para atender outras comunidades dentro do município de Unaí-MG. **Parágrafo Segundo:** O Presidente da Associação pode

licitar, contratar, gerenciar e fiscalizar serviços e obras de responsabilidade da Associação. **Art. 3º-** No desenvolvimento de suas

atividades, a Associação, não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião. **Art. 4º-** A Associação, terá um regimento interno,

que aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento. **Art. 5º-** A fim de cumprir suas finalidades, a

Associação se organizará em tantas comissões de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo

Regimento Interno. **CAPÍTULO II -DO QUADRO SOCIAL- DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS. Art. 6º-**Serão admitidos como

sócios da Associação dos Produtores Rurais do PA/ Estrela Guia, todas as pessoas acima de 16 (dezesseis) anos, moradoras da

Fazenda Roncador Bolívia e seus descendentes, assentados e legalizados, com comprovação documental do INCRA, que se

comprometerem a aceitar e cumprir as normas deste Estatuto, Regimento e Resoluções tomadas em Assembléias Gerais. **Parágrafo**

Primeiro: O registro dos sócios será feito em livro próprio, e a admissão no quadro social far-se-á mediante requerimento assinado

pelo interessado e homologado pela comissão de admissão de sócios. **Parágrafo Segundo:** Os associados deverão ser comprometidos e

interessados no progresso da comunidade e desejarem contribuir para consecução dos objetivos da associação cujos nomes deverão ser

aprovados pela Comissão de admissão de sócios. **Art. 7º-** A Associação é constituída por números ilimitados de sócios,

distribuídos nas seguintes categorias: **fundadores, benemérito, honorário e contribuinte. Fundador:** os que assinarem a ata de

fundação; **Benemérito:** aqueles aos quais a assembléia geral conferir esta distinção espontaneamente ou por proposta da diretoria em

virtude dos relevantes serviços prestados à associação; **Honorário:** Aqueles que se fizerem credores dessa homenagem por serviços por

notoriedade prestados à associação, por proposta da diretoria à assembléia geral; **Contribuinte:** Aquele que contribuir mensalmente

com a associação no valor estipulado pela Diretoria e aprovado pela Assembléia Geral para manutenção da mesma. **Art. 8º.-** Serão

Luiz Roberto Soares
Escritor Juvenizado

Maria Aparecida Duca

Luiz Roberto Soares
OAB/MG. 40.132



excluídos do quadro social da Associação dos Produtores Rurais Estrela Guia: I- Mediante solicitação por escrito; II-Aquele que, prejudicar o bom nome da associação, em virtude do descumprimento das disposições estatutárias, assim como a prática de atos lesivos aos interesses e objetivos da associação; III-Por falecimento; IV-Por incapacidade civil; IV-Por encerramento das atividades da associação; V-Pela mudança da Comunidade; VI-Os associados que, se desligarem do quadro social na forma do item I, poderão ser readmitidos, mediante aprovação da comissão de admissão de sócios e/ou assembleia geral; VII-Os que por livre e espontânea vontade solicitarem seu desligamento desde que em dias com as obrigações estatutárias, após quitar seus débitos junto à tesouraria, VIII-Aquele que persistir em prejudicar o bom nome da associação, cometer falta grave e infringir os princípios estatutários.

Art. 9º.- São direitos dos sócios quites com suas obrigações sociais (pagamento e participação): I-Votar e ser votado para os cargos eletivos; II-Solicitar a diretoria informações sobre medidas ou atos que a mesma vem desenvolvendo junto à comunidade; III-Participar de todas as atividades da Associação dos Produtores Rurais do PA/Estrela Guia; IV-Participar das assembleias gerais e reuniões exercendo igualdade de direito e opinião em todas as questões; IV-Acatar as decisões dos órgãos dirigentes da Associação dos Produtores Rurais do PA/Estrela Guia; V-Comunicar aos órgãos dirigentes da Associação dos Produtores Rurais do PA/Estrela Guia, quaisquer irregularidades constatadas e ou verificadas e cobrar resposta do assunto denunciado; VI-Colaborar com a associação nos trabalhos de mutirão e de interesse comunitário; VII-Pagar pontualmente as contribuições financeiras fixadas e aprovadas em assembleia gerais; VIII-Convocar assembleia geral extraordinária, na negação do Presidente e do Conselho Fiscal, através de requerimento de sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários, quando julgar prejudicados os interesses da associação, comunidade ou a si próprio; IX-Obedecer às disposições do Estatuto e o regimento interno da associação; X-Proteger o bom nome da associação e zelar pelo seu patrimônio; XI-Cooperar com todas as atividades que visem a conservação dos objetivos que a associação se propõe; XI-Receber benefícios dos quais forem negociados pela Associação; XII-Apresentar projetos, planos de sugestão à Diretoria.

Parágrafo Único: Os associados beneméritos e honorários não terão direitos a voto e nem poderão ser votados.

Art. 10º. São deveres dos sócios: I-Cumprir e fazer cumprir o Estatuto,

Maria Aparecida Durca

Lumena B. Resende
OAB/MG. 40.132



Regimento Interno e regulamentos aprovados em assembléia Geral; II-Pagar pontualmente as contribuições e outros compromissos assumidos junto à associação e em assembléia geral, para a manutenção da associação; III-Acatar as determinações da Diretoria; IV-Desempenhar, os cargos, atribuições, missões ou serviços que lhe forem confiados; V-Participar e fiscalizar todos os trabalhos da Associação; VI-Zelar pelo patrimônio da Associação; VII-Divulgar a Associação; VIII-Participar das reuniões, e justificar as possíveis faltas.

Parágrafo único: havendo justa causa o associado poderá ser demitido ou excluído da associação por decisão da diretoria. Após o exercício do direito de defesa da decisão caberá recurso à assembléia geral.

Art. 11º- Os sócios não respondem ativa, passiva, subsidiária e solidariamente por obrigações e encargos da associação assumidos pela diretoria da A Associação dos Produtores Rurais do PA/Estrela Guia.

Parágrafo Primeiro: Os associados que infringirem as normas estatutárias estarão sujeitos a penalidades, que serão aplicadas em conformidade ao grau da infração; na seguinte ordem; advertência verbal, advertência por escrito; suspensão e exclusão.

Parágrafo Segundo: As penalidades a que se refere o parágrafo primeiro serão aplicadas pela diretoria obedecendo às disposições estatutárias depois de apuradas as causas, cabendo, entretanto aos sócios envolvidos, recursos a serem apresentados e apreciados em Assembléia Geral convocada para este fim.

CAPÍTULO III-DAS COMPETÊNCIAS E ESTRUTURAS DOS ÓRGÃOS QUE ADMINISTRAM A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO PA/ ESTRELA GUIA.

Art. 12º-São órgãos que administram a Associação de Moradores: I-Assembléia Geral; II-Diretoria executiva; III-Conselho Fiscal.

Art. 13º- A Assembléia Geral, órgão soberano da Associação dos Produtores Rurais do PA/Estrela Guia, se compõe de todos os associados em pleno gozo de seus direitos, quites com suas obrigações pecuniárias, tendo facultado o direito de resolver, dentro da Lei e dos dispositivos estatutários, todos os assuntos concernentes às atividades e fins da associação.

Art. 14º- Compete à Assembléia Geral. I-Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal; II-Decidir sobre reformas do Estatuto; III-Decidir sobre a extinção da entidade nos termos do artigo 35º; IV-Decidir sobre a conveniência de alienar, transferir, hipotecar, comprar ou permutar bens patrimoniais; V-Aprovar o Regimento Interno; VI-Destituir os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; VII-Decidir sobre assuntos inerentes ao funcionamento, comportamento dos sócios, quando for necessária a convocação da

Maria Aparecida Duca

Lumena B. Rosende
OABMG. 40.132



este Estatuto e o Regimento Interno; III-Presidir a Assembléia Geral; IV-Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; V-Autorizar os pagamentos e assinar com o tesoureiro cheques, ordem de pagamentos e títulos que representem obrigações financeiras da Associação; VI-Assinar convênios. **Art. 22º-** Compete ao Vice-Presidente: I-Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos; II-Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; III-Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente. **Art. 23º-** Compete ao Primeiro Secretário: I-Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral, redigir e ler as atas; II-Publicar e encaminhar todas as comunicações gerais da Associação; III-Conservar, sob sua guarda e responsabilidade os livros de ata e frequência. **Art. 24º-** Compete ao Segundo Secretário: I-Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos; II-Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; III-Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário. **Art. 25º-** Compete ao Primeiro Tesoureiro: I-Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração; II-Pagar as contas autorizadas pelo Presidente de acordo com estatuto; III-Apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados; IV-Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral; V-Apresentar mensalmente o balancete ao Conselho Fiscal; VI-Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria; VII-Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito (conta bancária). **Art. 26º-** Compete ao Segundo Tesoureiro: I-Substituir o Primeiro tesoureiro em suas faltas ou impedimentos; II-Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; III-Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro tesoureiro. **Art. 27º-** O Conselho Fiscal será constituído por 03 membros efetivos e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral. **& 1º-** O mandato do Conselho Fiscal deverá coincidir com o mandato da Diretoria Executiva. **& 2º-** Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término. **Art. 28º-** Compete ao Conselho Fiscal: I-Examinar os livros de escrituração da associação; II-Examinar o balancete mensal apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito; III-Apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria; IV-Opinar sobre a aquisição e alienação de bens. **Parágrafo Único:** O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Art. 29º-** O Conselho

Luiz Roberto Soares
Escritório Jurídico

Maria Aparecida de C.

Luiz Roberto Soares
OAB/MG. 40.132



Fiscal: é o órgão de fiscalização dos atos da diretoria executiva no setor financeiro e executivo, composto de presidente, relatora e secretário (a), são eleitos junto com a diretoria executiva, para o mesmo mandato. **Parágrafo Primeiro:** As atividades dos diretores e conselheiros, bem como as dos sócios, serão, inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedados o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem. **CAPÍTULO IV-DAS ELEIÇÕES. Art. 30º-** A eleição da diretoria executiva e do Conselho Fiscal deverá ser convocada pelo presidente com antecedência mínima de 30(trinta) dias, ou 45(quarenta e cinco) dias no máximo; **§ I-** Em caso de recusa do presidente, poderá ainda ser convocada com antecedência de até 20(vinte) dias e neste caso, por 03(três) conselheiros fiscais da Associação dos Produtores Rurais do PA/Estrela Guia. **§ II-** Não havendo esta providência, a eleição será realizada em assembléia geral extraordinária convocada e organizada por uma comissão de pelo menos 05(cinco) associados quites com suas obrigações estatutárias. **§ III-** A diretoria executiva e o Conselho Fiscal serão empossados no mesmo dia da eleição, logo após a contagem de votos. **Art. 31º-** São inelegíveis e não poderão concorrer: a) Os candidatos a cargos alheios aos mencionados nos artigos 16 e 25; b) Os associados que tenham autorizado a inclusão de seus nomes em mais de uma chapa; c) Os memores de 18(dezoito) anos; d) Os associados que estejam respondendo e/ou com processo judicial; e) Os não associados e os analfabetos; g) Os associados que não estiverem quites com suas obrigações trinta dias antes da eleição; h) Os sócios que não tiverem foro eleitoral no município de Unaí. **Art. 32-** O registro da chapa deverá ser requerido ao presidente da associação ou a comissão eleitoral, com 10(dez) dias de antecedência do Pleito. I- Os candidatos serão registrados através de chapas que conterão os nomes de todos os membros concorrentes; II- Verificando-se irregularidade na documentação apresentada, a chapa será notificada para que promova a correção no prazo de 24(vinte e quatro) horas, sob pena de indeferimento de seu registro; III- O prazo para impugnação de candidatura ou chapa estende-se por 72(setenta e duas) horas, após o encerramento do prazo de registro; IV- O número de cada chapa será definido com o presidente da associação de moradores e/ou da comissão eleitoral respeitando a ordem de inscrição e recebimento da documentação necessária; VI- Aceito o registro da chapa, não serão permitidas substituições de candidatos, salvo em caso de falecimento. **Art. 33º-** Para votar é necessário que o

Luiz Roberto Soares
Escritor Juiz de Direito

Maria Aparecida Duca

Luiz Roberto Soares
Presidente
OAB/MG. 40.132



associado esteja quite com as obrigações estatutárias (participação nas reuniões e assembléias e pagamento das mensalidades) e tenha sido admitido no quadro social da associação há mais de 30(trinta) dias, e para ser candidato há mais de 3(três) meses. **Art. 34º**- Em caso de impugnação de candidatura ou chapa, o julgamento caberá a uma comissão designada pelo juiz eleitoral da comarca de Unaí. **Art. 35º**- É nula a eleição quando: I-Quando os sócios que não estiverem quites com suas obrigações estatutárias votarem; II-Feita perante mesa não designada pela comissão e/ou juizado eleitoral da Comarca de Unaí-MG; III-Realizada em dia, hora e local diferente ao mencionado no edital de convocação ou encerrada antes do horário previsto. **CAPÍTULO V-DO PATRIMÔNIO. Art. 36º** - O patrimônio da associação, será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, doações e subvenções pública e privadas, recursos oriundos de contribuições, ações e apólices de dívida pública. **Parágrafo único**: A associação se manterá das contribuições e mensalidades dos sócios. **Art. 37º**- No caso de dissolução da instituição, os bens remanescentes serão destinados à outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada nos Conselhos: Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social ou entidade pública. **CAPÍTULO VI. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Art. 38º**- A associação, será dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, quando se tornar impossível à continuação de suas atividades. **Art. 39º**- O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em assembléia geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório. **Art. 40º**- Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral. **Art. 41º**- Fica eleito o fórum da comarca de Unaí - MG para dirimir qualquer dúvida ou questões oriundas deste estatuto. Unaí - MG, 07 de fevereiro de 2007. Após o término dos trabalhos o presidente fez os agradecimentos a todos os participantes explicou como necessita da participação de todos para dar continuação no trabalho da comunidade sempre buscando melhorias para a comunidade. Em seguida a presidente deu por encerrada a Assembléia Geral, eu, Kelly Cristina da Silva, secretariei e lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e por todos os presentes. Kelly Cristina da Silva; Maria Aparecida Duca.

Luiz Roberto Soares
Discreto Julgamento

Maria Aparecida Duca

Luiz Roberto Soares
OAB/MG. 40.132

DECLARAÇÃO



A Associação dos Produtores Rurais do P.A. Estrela Guia inscrita no CNPJ: 07.678.967/0001-76, vem através do presidente abaixo assinado declarar que não a remuneração para qualquer membro da diretoria e nenhum dos sócios.

Por ser verdade dato e assino.

Unaí-MG 24 de fevereiro de 2010

Sueli de Fátima Silva

(Presidente da Associação dos Produtores Rurais P.A. Estrela Guia)

DECLARAÇÃO



A Associação dos Produtores Rurais do P.A. Estrela Guia inscrita no CNPJ: 07.678.967/0001-76, vem através do presidente abaixo assinado declarar que, a mesma esta em pleno funcionamento obedecendo todas as normas estatutárias e leis em vigências.

Por ser verdade dato e assino.

Unaí-MG 24 de fevereiro de 2010

Sueli de Fátima Silva

(Presidente da Associação dos Produtores Rurais P.A. Estrela Guia)



Ata da Associação dos Produtores Rurais do P.A. Estrela Guia realizada no dia seis de Maio de dois mil e nove em segunda convocação às doze e trinta horas, conforme Edital publicado. Edital de convocação. A Associação dos Produtores Rurais do PA Estrela Guia vem através do presidente abaixo assinado convocar todos os associados quites com suas obrigações para uma Assembléia Geral Ordinária (art. 15, III), para Eleição e Posse da Nova Diretoria, no dia 06 de Maio de 2009, na sede da associação. Conforme o art. 17 parágrafo primeiro a primeira convocação será as 12:00 hs e encerrada as 16:00 hs com participação de com 2/3 dos sócios. Não havendo quorum fica desde já convocada para segunda convocação as 12:30 hs com encerramento as 16:30 com qualquer numero de associados presentes. As chapas que concorreram as eleição deveram apresentar requerimento a atual presidente para registrar as chapas ate o dia 25/04/2009, ate 17:00 hs, sendo verificado todos os documentos estando aptos a concorrer a eleição a presidente emitira um recibo. (art. 32). As chapas que concorreram deverão levar os seguintes documentos para registro: requerimento de registro, uma lista constando os nomes e cargos, RG e CPF, endereço, recibo de quitação da associação com no Maximo 30 dias antes das eleições (art. 32, I e 33). Unai-MG 05 de abril de 2009. Maria Aparecida Duca (Presidente da Associação). Sendo lido o Edital em seguida deu inicio a Assembléia Geral Ordinária para Eleição e Posse da nova Diretoria, a atual presidente convidou a todos os presentes para rezar o Pai Nosso, pedindo par que o Pai abençoe a todos e que tudo ocorra em paz. Em seguida as chapas as concorrentes se apresentaram sendo: Chapa I, composta por – Presidente: Leni Rosa Justino, brasileira, União instável, RG- 5.899.880 SSP/MG, CPF- 045.402.976-43. – Vice-Presidente: Antônio Maria Melo, brasileiro, casado RG- 2.610.330 SSP/MG, CPF – 273.078.326-15. – 1º Secretário: Maria Luciana Matos, brasileira, União instável, RG- 98031048.138 SSP/CE, CPF- 443715433-91. 2º secretário: Suely Pereira de Castro, brasileira, casada, RG- 13.794.443 SSP/MG, CPF- 056464446-32. – 1º Tesoureiro: Maria de Souza Matos, brasileira, casada, RG -10.791.867 SSP/MG, CPF- 037.091.476-70, 2º Tesoureiro: Salvador Gomes da Mota, brasileiro, União instável, RG- 1.791.656 SSP/MG, CPF: 042682.216-11, - Conselho Fiscal: 1º João Ivan Pereira, brasileiro, União instável, RG- 1.482.491 SSP/MG, CPF – 610.584.081-00, 2º Miguel Cirino de Paiva, brasileiro, União instável, RG- 10.775.057 SSP/MG, CPF: 007.775.551-07, - 3º Wark Pereira dos Santos, brasileiro, casado, RG- 468.1649 SSP/GO, CPF: 002.505.961-05, : Suplentes- 1º Raimundo Ribeiro Cordeiro, brasileiro, União instável, RG – 5.59.631 SSP/MG, CPF- 779.284-406-44, - 2º = Natália Alves Ribeiro, brasileira, união instável, RG- 627918 SSP/TO, CPF – 027.536.291-45, 3º= Elizene de Sales Soares Santos, brasileira, união instável, RG- 496.4383 SSP/GO, CPF- 019.692.981-46. CHAPA II : - Suely de Fátima da Silva, brasileira, casada, RG – 135.960.35 SSP/MG CPF- 400.828.496-68, Vice-Presidente: Aldir Ribeiro da Silva, brasileiro, casado, RG 8323192





SSP/MG, CPF - 923.221.236-68, 1º Secretário - Eliene das Dores Rosa da Silva, brasileira, casada, RG- 11645694 SSP/MG, CPF - 12.939.226-09, - 2º Secretaria = Gislene Teixeira Paz Rocha, brasileira, casada, RG- 13458958 - SSP/MG, CPF - 042.673.066-64, 1º- Tesoureiro - Valdeir Gomes de Almeida RG- 27.07368 SSP/DF, CPF: 015.324.621-90, 2º Tesoureiro- Luzia Teixeira de Oliveira, brasileira, casada, RG- 3966080 SSP/GO, CPF- 011.989.661-30 - Conselho Fiscal- 1º Luiz Carlos Batista Fonseca, brasileiro, União instável, RG - 149448109 SSP/MG, CPF 034.095.836-70, 2º Aparecida Barros Rodrigues, brasileira, casada, RG-13027550 SSP/DF CPF- 056.450.416-58, Suplentes- 1º Cosmo Francisco Romualdo, brasileiro, casado, RG-1700077 SSP/GO, CPF 188.098.126-20, 2º- Roseneide Rodrigues Pereira, brasileira, união instável, RG- 103.401.78 SSP/MG, CPF 001357251-27, 3º Adão Pereira da Silva, brasileiro, casado, RG - 223.366.8 SSP/DF, CPF. 008.892.631-16. Apresentado as chapas transcorre a eleição. Tendo o votado o total de 75, apitos. Cendo encerrado as 16:30 hs, ficando a apuração: Total de votantes 75, Chapa I, com o total de votos 28. Chapa II com o total de votos 46. Votos em brancos 0 . Votos nulos 1. Encerrada a apuração da Eleição ficando eleita a chapa II: com o total de v otos 46; em seguida a atual presidente e a Assembléia Geral Ordinária dá a posse a Chapa eleita, Chapa II. Eu Kelly Cristina da Silva Dias lavrei a presente ata, que após lida, ouvida e aprovada será também assinada, por todos presentes. Maria aparecida Duca

Kelly Cristina da Silva Dias

Maria Luciana Matos

João Francisco de Paula

Cecílio Teixeira Barbosa

Luziana Augusta do Nascimento

Osvaldo Ribeiro do Nascimento

Livinia Pereira dos Santos

Aldilene Aparecida da Silva

Weliton Domingos da Silva

Francisco Cirino de Paiva

Edson Pacheco Lima

João Jeová da Rocha

Nelson Francisco Rocha

Noé Martins de Melo

Joaquim F. Nascimento

Joana Batista R. Souza

Antonio Maria de Melo

Belisa Jose Coimbra Ramos

Elio Ramos da Silva

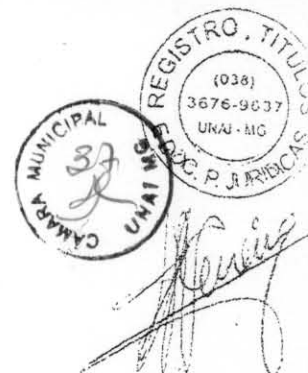
Elismar Pereira Maia

João Patrício Rodrigues

Ana Maria Cirino de Paiva



Aparecida Barros Rodrigues
Hilda Maria de Jesus
Wark Pereira dos Santos
Alaor Xavier Marra
Maria Conceição da Mota Melo
Natalia Alves Rodrigues
Suely Pereira de Castro
Denivan Ribeiro dos Santos
Cosmo F Romualdo
Osvaldina A. Romualdo
Cleide Alaine Inácio Severino
Célio Ferreira da Mata
Maria Ferreira da Mata
João Ivan Pereira
Sueli de Fátima Silva
Maria de Sousa Matos
Eliene das Dores Rosa da Silva
Rosineide Rodrigues Pereira
Raimundo Ribeiro Cordeiro
Adão Pereira da Silva
Arlem Gonçalves da Silva
Leni Gomes da Costa
Manoel Gomes de Almeida
Paulo Gomes Ferreira
Glaubia Luiz Brandão Gomes
Selma Augusta da Silva
Raimundo Ribeiro da Silva
Salvador Gomes da Mota
Lazara Aparecida Duca
Elivagner da Silva
Quirina Lucia Gomes F
José Egidio da Rosa
Leni Roza Justino
Elézene de Sales Soares Santos
Valdiane G. A. Silva
Aldir Ribeiro da Silva
Miguel Cirino de Paiva
Gisleny Vieira Gracino
Antonio Ribeiro da Silva
Cláudio Dias da Rocha
Gislene Teixeira Paz Rocha
Ana Claudia de Sousa
Maria Leonilda José Rocha



Manoel Antonio Rocha
 Jose Antonio Pereira da Rocha
 Antonio Carlos Rodrigues
 Luis Carlos Batista Fonseca
 Valdeir Gomes de Almeida
 Luzia Teixeira de Oliveira
 Jovenil Basílio Oliveira
 Zorailde Alves de Oliveira

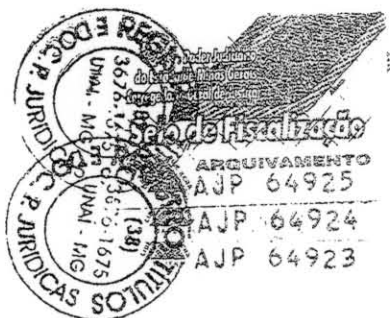
Sueli de Tatiana Silva



[Handwritten signature]

Documento apresentado hoje para registro.

AVERBADO Sob e N° 794
 no Livro A-04 de pessoas Jurídicas.
 Unai - MG 13/05/2009
[Handwritten signature]
 O OFICIAL OU ESCRIVENTE



Registro de Títulos e Documentos
 e Pessoas Jurídicas
 Adalberto Cléber Gonçalves Ferreira
 Oficial de Vitalício
 Vilma Gonçalves Ferreira
 Escrevente Substituta
 Rua: Celina Lisboa Frederico, 111 Loja G04
 Edifício Alameda Center, Fone (38) 3676-9637
 Cep: 38.610-000 Unai-MG

CHAPA II



Presidente: Suely de Fátima da Silva, brasileira, casada, RG – 135.960.35 SSP/MG CPF- 400.828.496-68.

Vice-Presidente: Aldir Ribeiro da Silva, brasileiro, casado, RG 8323192 SSP/MG, CPF – 923.221.236-68.

1º Secretário: Eliene das Dolores Rosa da Silva, brasileira, casada, RG- 11645694 SSP/MG, CPF – 12.939.226-09.

2º Secretaria: Gislene Teixeira Paz Rocha, brasileira, casada, RG- 13458958 – SSP/MG, CPF – 042.673.066-64.

1º Tesoureiro: Valdeir Gomes de Almeida RG- 27.07368 SSP/DF, CPF: 015.324.621-90.

2º Tesoureiro: Luzia Teixeira de Oliveira, brasileira, casada, RG- 3966080 SSP/GO, CPF- 011.989.661-30

Conselho Fiscal

1º Luiz Carlos Batista Fonseca, brasileiro, União instável, RG – 149448109 SSP/MG, CPF 034.095.836-70.

2º Aparecida Barros Rodrigues, brasileira, casada, RG-13027550 SSP/DF CPF- 056.450.416-58.

Suplentes:

1º Cosmo Francisco Romualdo, brasileiro, casado, RG-1700077 SSP/GO, CPF 188.098.126-20.

2º Roseneide Rodrigues Pereira, brasileira, união instável, RG- 103.401.78 SSP/MG, CPF 001357251-27.

3º Adão Pereira da Silva, brasileiro, casado, RG – 223.366.8 SSP/DF, CPF. 008.892.631-16.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.678.967/0001-76 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/11/2005
-----------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO PA ESTRELA GUIA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO PA ESTRELA GUIA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.20-1-00 - Atividades de organizações sindicais 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO FAZ SACO GRANDE II	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
----------------------------------	---------------	-------------

CEP 38.610-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO UNAI	UF MG
-------------------	-------------------------------	-------------------	----------

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/11/2005
-----------------------------	------------------------------------------

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.

Emitido no dia 24/02/2010 às 12:25:23 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)